



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 060/061

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE MAIO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 060

51ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva

Presenças

Abertura da Sessão

Expediente:

Requerimentos

Projetos de Lei

Pequeno Expediente:

Dep. Luciana Rafagnin

Dep. Barbosa Neto

Dep. André Vargas

Grande Expediente:

Sr. Roni Anderson Barbosa

Presidente da CUT

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. André Vargas.....

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão / Votação:

Redação Final.....

3ª Discussão.....

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Discussão Única (Proposição)...

Discussão Única (Indicação).....

Requerimentos.....

Encerramento da Sessão

DIÁRIO Nº 061

8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Mesa Executiva.....

Presenças.....

Abertura da Sessão

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

1ª Discussão.....

Discussão Única (Proposição)...

Encerramento da Sessão

Publicações:

Atas de Comissão

Redação

DIÁRIO Nº 060**51ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE MAIO DE 2006**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Elza Correia e pelo Sr. Deputado Carlos Simões.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (41). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Ângelo Vanhoni, Cida Borghetti, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães e Waldir Leite (12); e em viagem representativa o Sr. Deputado José Domingos Scarpellini (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 1376

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 295/06, Mensagem nº 44/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva recompor o vencimento básico da carreira de Delegado de Polícia do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1380

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, subscritor deste, facultado pelas disposições regimentais desta Casa Legislativa, solicita a V. Exa. a gentileza de designar a data do próximo dia 08 de agosto, para a realização de Sessão Solene para a entrega do título de Cidadania Honorária ao Sr. Seno Cláudio Lunkes, consoante à Lei nº 15.116, de 12 de maio último, às 18h30m, no plenário deste Parlamento Estadual.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1379

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a mudança da data para o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 13 de junho para o dia 07 de agosto, para homenagear os sessenta anos da Eletrofrio Refrigeração Ltda.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1378

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1372

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município da Lapa, pela comemoração, no próximo dia 13 de junho, de seus 237 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Sr. Miguel Lourenço Horning Batista, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Mansur de Jesus Daou e a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população da Lapa.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 13 de junho próximo, o município da Lapa estará comemorando seus 237 anos de emancipação política. Assim sendo, queremos prestar nossa homenagem a toda a população que orgulhosamente irá festejar com grande júbilo a magna data.

Parabenizamos também seus administradores de todos os tempos que deram o melhor de seus esforços em prol do desenvolvimento cada vez maior do seu município.

A história de nossa legendária Lapa começava com lutas e somas de esforços de uma sociedade em busca de um sonho: ser feliz em comunidade.

Olhando para o passado, podemos perceber que muitos foram os exemplos de heroísmo que, passados de pai para filho e para neto, foram desenhando o perfil da sociedade de hoje.

REQUERIMENTO Nº 1387

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso aos palhacinhos anões Paulinho e Pipoquinha, por 25 anos de animação de festas e eventos em geral, em Curitiba e na região metropolitana. O casal Paulinho e Pipoquinha é muito conhecido e admirado pela população, principalmente pelas crianças, devido aos momentos de alegria que eles proporcionam nas festas e em qualquer lugar por onde passam. Durante os 25 anos de atividades, souberam com muita responsabilidade, criatividade, carisma, simpatia, e principalmente profissionalismo, roubar milhares de sorrisos de pessoas que tiveram o privilégio de participar de suas apresentações. São muitos anos de luta, dificuldades enfrentadas e superadas, que os levaram à conquista de inúmeros corações e do sucesso que hoje desfrutam.

Existem pessoas especiais que são escolhidas por Deus para trazer felicidade aos seus semelhantes, e com certeza, esse casal tão querido foi premiado com essa

missão. A arte faz parte de suas vidas e eles, com simplicidade e originalidade, desempenham com todo o amor e carinho essa função.

Sentimo-nos orgulhosos de conhecer os palhacinhos anões Paulinho e Pipoquinha pela alegria que nos transmitem, mas em especial, queremos destacar a perseverança e sabedoria que tiveram ao enfrentar e superar dificuldades que culminaram realização profissional. Efusivos cumprimentos deste Deputado, dos demais Pares desta Casa de Leis, bem como da comunidade paranaense, consignando o reconhecimento de todos.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1386

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Valmir Matos.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1373

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, para que tome as devidas providências no sentido da criação de uma Guarnição Policial com o efetivo policial para dar atendimento à comunidade de Quatro Barras.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Quatro Barras, vem sofrendo a falta de segurança efetiva pela ausência de uma Guarnição da Polícia Militar para garantir o atendimento da demanda crescente de violência e criminalidade, espalhando o medo na sociedade civil. Já encaminhamos, via Comissão de Direitos Humanos, um expediente ao Comandante Nemésio Xavier de França Filho e obtivemos como resposta um Relatório de Atividade Operacional, mostrando o serviço do 17º BPM, assinado pelo Comandante do Policiamento da Capital, Cel. Avelino José Navakoski, dando conta do atendimento do Batalhão Metropolitano.

Considerando que o pedido da comunidade quatro-barense vem no sentido de uma Guarnição, como forma de dotar a cidade de um corpo policial mais eficaz, reiteramos nosso pedido e solicitamos a esta Casa que enca-

minhe pedido formal à Polícia Militar do Paraná, para que proceda, com a máxima urgência, ao atendimento daquela comunidade.

REQUERIMENTO Nº 1377

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a instalação, com a maior urgência possível, de um redutor de velocidade, quebra-molas, na PR-323, no trecho entre o Posto Carretão/Averama ao Trevo do município de Mariluz, tendo em vista a ocorrência de inúmeros acidentes de trânsito com vítimas fatais, como no caso desse último final de semana quando eu mesmo presenciei um acidente com quatro mortos.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Umuarama, Sr. Luiz Renato Ribeiro de Azevedo (Prefeitura Municipal - Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87501-130), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Antônio Milton Siqueira (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863 - CEP: 87.502-080).

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1383

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando solicitação da Câmara Municipal de Londrina, referente à Escola Albino Feijó Sanches.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1385

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, solicitando agilidade na liberação de recursos para os Processos nº 8.427.014-8 e 8.427-041-5, que se encontram nessa Secretaria, que tratam de reforma no Colégio San Rafael, no município de Iporã.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1387-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Ministério Público da Comarca de Pinhais, para que

sejam tomadas as devidas providências no sentido de apurar e abrir processo de investigação criminal contra ações da Associação Brasileira de Combate à Falsificação, Organização não Governamental, que vem usando o nome do Ministério Público e do Ministério da Justiça para autuar comerciantes e apreender mercadorias, assim como, o Sr. Rodolpholender Ramazzini, que se apresenta como diretor, utilizando ata vencida, o que caracteriza falsidade ideológica.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido se justifica porque a Associação Brasileira de Combate à Falsificação é uma Organização não Governamental, que representa grandes grupos nacionais e intermunicipais, e que vem se apresentando em nome do Ministério da Justiça, e com poder de polícia, neste Estado e, em especial, no município de Pinhais, autuando comerciantes e apreendendo mercadorias.

Nesse sentido, solicitamos que o Ministério Público apure com rigor as atividades da referida Associação, bem como as ações do ex-Diretor Rodolpho Ramazzini que se apresentou perante as autoridades policiais de Pinhais apresentando uma ata antiga, que denuncia falsidade ideológica, pois o documento é vencido, e segundo o qual o mandato da referida diretoria para o biênio de 2003/2004, já estava vencido desde 30 de maio de 2005, conforme cópia em anexo.

Isto exposto, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor vem solicitar que esta Casa de Leis encaminhe ao Ministério Público da Comarca de Pinhais, expediente com o seguinte teor:

- qual o Poder da ABCF, que tem interesse comercial explícito, como representante de grupos econômicos, para se apresentar em nome do Ministério da Justiça, autuando comerciantes e apreendendo mercadorias?

- que sejam investigadas as ações da ABCF e, principalmente, do Sr. Rodolpho Ramazzini, por crime de falsidade ideológica por se apresentar com ata falsa, cujo mandato da diretoria já está vencido, e cometendo irregularidades e arbitrariedades, e que seja aberto inquérito para apurar tais irregularidades; - que seja investigada a ação da Polícia Civil de Pinhais, que acatou e procedeu à autuação de comerciantes para atendimento desta Associação, que se fez representar por um “diretor” com mandato vencido desde 30 de maio de 2005; e,

- que seja investigada a veracidade da Ata, bem como o fato de o referido “diretor” se apresentar com a Ata vencida, o que caracteriza como um ato de fraude e estelionato e crime de falsidade ideológica.

REQUERIMENTO Nº 1384

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solici-

tando informações quanto à denúncia feita por André Luiz Bellafronte, aluno do Colégio Estadual Santa Cândida em Curitiba.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 306/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Colégio Estadual Professora Maria Helena Davatz - Ensino Médio, o estabelecimento educacional Colégio Estadual de Lerroville, localizado no Distrito de Lerroville, município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de alterar a denominação da unidade educacional Colégio Estadual Lerroville para Colégio Estadual - Ensino Médio, localizado na Rua Santos, 235, Distrito de Lerroville, para Colégio Estadual Professora Maria Helena Davatz - Ensino Médio, através de um levantamento realizado junto à comunidade local (urbana e rural)

Tal solicitação se deu devido ao Colégio ter como denominação o nome do Distrito. O nome sugerido pela comunidade local tem como principal motivo homenagear a pioneira da educação no Distrito de Lerroville.

Foi a professora Maria Helena Davatz a precursora da educação em Lerroville, não medindo esforços para que isso acontecesse desde o ano de 1955. Foi incansável guerreira para ensinar os filhos desse Distrito a aprender a ler e escrever em um único espaço, ou seja, em uma única sala de aula com as quatro séries da educação fundamental (1ª a 4ª séries) na extinta Escola Municipal Felipe dos Santos.

Em reunião com o Conselho Escolar, APMF e comunidade, todos foram unânimes em aprovar o nome da professora para o colégio do Distrito de Lerroville.

A professora Maria Helena Davatz nasceu em 21/01/1931, em Piratininga no Estado de São Paulo, filha de Juvenal Davatz e Glória Davatz. Iniciou sua carreira de professora na época de 1º a 4º séries no Estado do Paraná, tendo sua admissão junto à Prefeitura Municipal de Londrina, especificamente no Distrito de Lerroville, na data de 31/07/1995 como professora não titulada, tornando-se a pioneira na educação desse distrito.

Ainda, a professora em comento dedicou a maior parte de seu exercício no Magistério no Distrito de Lerroville, onde ajudou muitos filhos desse Distrito a aprender a ler e escrever, fato este que levou a população a se manifestar em prol do seu nome para o Colégio Estadual de Lerroville, com uma justa homenagem a quem tanto fez pela educação no Distrito de Lerroville.

Cumprе ressaltar que a professora Maria Helena Davatz dedicou 27 anos de sua vida ao Magistério, no período de 31/07/1955 a 01/12/1982.

Assim, considerando a importância da professora Maria Helena Davatz para o Distrito de Lerroville, bem como a vontade da comunidade em homenageá-la, é que contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação do presente projeto de lei que visa alterar a denominação do Colégio Estadual de Lerroville para Colégio Estadual Professora Maria Helena Davatz-Ensino Médio.

PROJETO DE LEI Nº 307/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatória a manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos que tenham uma concentração de pessoas igual ou superior a 100 (cem), para prestar atendimento em casos de morte súbita.

Art. 2º Entende-se por estabelecimentos:

I - estádios de futebol;

II - academias de ginásticas;

III - ginásios de esportes;

IV - clubes recreativos;

V - associações;

VI - shopping-centers;

VII - aeroportos;

VIII - rododferroviárias;

IX - hipermercados;

X - faculdades e universidades;

XI - centros de eventos e exposições;

XII - teatros;

XIII - hotéis;

XIV - hospitais e clínicas;

XV - aviões comerciais com pelo menos um atendente de vôo.

Art. 3º O Kit Vida será composto pelos seguintes equipamentos:

I - desfibrilador automático externo (DAE);

II - dispositivos para ventilação (máscara para ventilação; válvulas unidirecionais);

III - equipamentos para rápida comunicação (interfones, rádio, telefone) interligados a um serviço médico emergencial.

Art. 4º É obrigatório que os operadores dos equipamentos do Kit Vida sejam treinados pelo Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergência - Siate do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

§ 1º Os operadores dos equipamentos deverão receber credenciais expedidas pelo Siate do Corpo de Bombeiros.

Art. 5º A Secretaria da Saúde, deverá fazer campanhas de educação continuada em escolas, postos de saúde, associações, entidades, referente ao tema Morte Súbita.

Art. 6º Em caso de descumprimento do previsto neste projeto de lei deverá a autoridade competente aplicar aos estabelecimentos as seguintes sanções:

I - multa pecuniária mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e máxima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ao estabelecimento que não tenha adquirido o Kit Vida ou que não tiver pessoas habilitadas à sua operação, de acordo com a natureza e gravidade da infração cometida, importância que duplicará em caso de reincidência;

II - interdição do local;

§ 1º As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa estadual, no âmbito de sua atribuição, isoladas ou cumulativamente, inclusive por medida cautelar antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

§ 2º A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade de infração, será aplicada mediante procedimento administrativo, no qual será respeitado o direito à ampla defesa, revertendo o valor para o erário estadual.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A morte súbita por parada cardíaca é um importante problema de saúde pública. Apesar disso, não há ainda conscientização da população. A mais freqüente causa de parada cardíaca é a doença arterial coronária. Todo ano um milhão e quinhentos mil americanos sofrem ataques cardíacos e, aproximadamente 200 mil norte-americanos morrem por ano de doença arterial coronária sem terem sido hospitalizados. No Brasil as doenças cardiovasculares matam 300 mil brasileiros por ano, o que corresponde a 820 óbitos por dia ou 34 por hora em um evento fatal a cada dois minutos. Dos brasileiros que têm uma parada cardíaca fora do hospital, 97% morrem.

A maioria vítimas de morte súbita encontram-se em sua idade mais produtiva - independente da idade e da condição física, sendo o principal mecanismo de morte a fibrilação ventricular. A rápida desfibrilação e o suporte básico para salvar uma vida (cada minuto após a parada cardíaca o paciente perde 10% de vida). Quando o aparelho desfibrilador é empregado corretamente até um

minuto depois da parada cardíaca, pode salvar a vítima em até 90% dos casos. Cidades onde o acesso aos desfibriladores ocorre no período de cinco a sete minutos, a sobrevida após uma parada cardíaca é maior do que 49%

Em 1992 o American Heart Association criou o conceito de "corrente de sobrevida", que é uma seqüência de medidas ordenadas e encadeadas que devem se tomadas no atendimento de uma parada cardiorrespiratória. Alguns princípios devem ser modificados, adotando-se programas de:

- educação de pacientes de risco e da população, para que identifiquem rapidamente os sintomas e procurem auxílio;

- utilização do Kit Vida para prestar um pré-atendimento;

- transporte rápido do paciente para o hospital (que é exatamente o que o Samu - Suporte Avançado da Vida - se propõe a fazer);

- treinamento dos profissionais de saúde, principalmente os que atuam no atendimento pré-hospitalar, em pronto-socorro e na periferia, capacitando-os no precoce diagnóstico e rápido tratamento da Síndrome Coronariana Aguda e;

- extensão do uso de fibrinolíticos no pré-hospitalar, em salas de emergências, pronto-socorro, ambulâncias.

A parada cardíaca ocorre de forma súbita e dramática. A principal causa em adultos é a doença arterial coronária, sendo a fibrilação ventricular o mecanismo deflagrador. Entre jovens a liberação de adrenalina durante a prática de atividade física associada a anomalias cardíacas ou ao uso indevido de drogas ilegais é o fator desencadeante de distúrbios do ritmo cardíaco, tais como fibrilação ventricular, levando à parada cardíaca.

A morte cerebral inicia-se após quatro a seis minutos da parada cardíaca, podendo ser revertida em poucos minutos na maioria das vítimas através do choque elétrico. O procedimento responsável pelo restabelecimento do ritmo cardíaco normal através do choque elétrico é chamado desfibrilação. A sobrevida é reduzida em 07 a 10% a cada minuto após uma parada cardíaca. Poucas tentativas de ressuscitação têm êxito após dez minutos. A morte por parada cardíaca não é inevitável. Se a população estiver orientada a chamar prontamente o 190 e treinada para oferecer o suporte básico de vida até a chegada do desfibrilador mais próximo, muitas vidas poderão ser salvas.

Conquanto muitos casos de morte súbita entre atletas jovens sejam causados por miocardiopatia hipertrófica ou miocardiopatia arritmogênica do ventrículo direito, até 20% de tais óbitos podem ser causados por anormalidades nas áreas coronárias, explicam os autores. Há pelo menos dois exemplos famosos de vítimas da morte súbita: no dia 21 de abril de 1998, o Deputado Federal Luiz Eduardo Magalhães morreu, após sofrer enfarto enquanto fazia sua corrida matinal. Outro caso conhecido é o do jogador camaronês Marc-Vivien Foe, jovem, atleta

de vida aparentemente saudável, que morreu durante uma partida de futebol em 2003, também vítima da morte súbita.

O objetivo deste projeto de lei é fazer com que cursos de treinamentos sejam ofertados pelo Sistema Integrado do Atendimento ao Trauma e Emergência - Siate, para que pessoas leigas possam operar o Kit Vida semelhante ao programa de treinamento oferecidos pelo Instituto do Coração (InCor-HC/FMUSP) com o apoio do American Heart Association. Os programas de treinamento oferecidos pelo InCor são direcionados aos profissionais da área médica e os leigos, e são ministrados durante todo o ano. Dentre os programas oferecidos estão: BLS (Basic Life Support), ACLS (Advanced Cardiac Life Support) PALS (Pediatric Advanced Life Support) e Heartsaver AED (Automatic External Defibrillation). No InCor a organização do curso conta com uma equipe multi-profissional altamente envolvida e treinada, sob a coordenação do médico Dr. Sérgio Timerman.

É importante que a Secretaria de Saúde tenha um programa de educação continuada para escolas e outras entidades, para fazer com que as pessoas se familiarizem com o tema Morte Súbita. O Kit Vida deverá se tornar equipamento padrão, como extintores de incêndio, na maioria dos aeroportos, centros de convenções, academias, etc. O desfibrilador componente do Kit Vida, poderá monitorar o batimento cardíaco da vítima e dar um choque para fazê-lo voltar à batida normal, isto se for o necessário. As chances de sobrevivência são de 90% quando os procedimentos forem aplicados um minuto após o ataque,

Por este motivos reapresento o projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos, por entender que será possível assegurar a sobrevivência das pessoas que sofram ataque cardíaco.

Em se tratando do artigo 2º, entende-se por estabelecimento:

XI - aviões comerciais com pelo menos um atendente de voo.

Inicialmente, convém lembrar que em nada estamos ferindo competência constitucional com este projeto de lei. Não estamos sujeitando os aviões a terem o Kit Vida. Se assim o fizermos, estaríamos contrariando inclusive Direitos Internacionais, uma vez que as aeronaves estrangeiras são parte do território de seus países de origem e sujeitas também às suas leis. Não estamos, tampouco, indicando que quaisquer aviões em sobrevôo pelo Paraná estarão sujeitos a esta norma. Legislar sobre espaço aéreo é competência constitucional da União, conforme Artigo 48, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Estamos legislando sobre o que podemos, pois pousos e decolagens são realizados em espaço territorial paranaense, não importando sequer a quem pertence a área do aeroporto. Um aeroporto não deve estar sujeito às

normas constitucionais de proteção à saúde? Nesse sentido, tem uma determinação constitucional no artigo 24, em seu inciso XII, da Constituição Federal:

“Artigo 24. Compete à União, aos Estados, e aos Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XI - previdência social, proteção e defesa da saúde.”

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei ora apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 308/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Educacional, Cultural, Artístico e Desportivo - Acodecad, com sede e foro no município de Carlópolis.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Desenvolvimento Educacional, Cultural, Artístico e Desportivo - Acodecad, com sede e foro na cidade de Carlópolis, é uma entidade sem fins lucrativos, instituída com a finalidade de prestar o desenvolvimento educacional, cultural, artístico e desportivo sem distinção social, raça ou credo, oferecendo assim melhores condições de vida às pessoas menos favorecidas daquela comunidade.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo expediente a ser lido, concedo a palavra ao Deputado Carlos Simões (**Declina**).

Concedo a palavra a Deputada Luciana Rafagnin, no Pequeno Expediente.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Uso a tribuna hoje e inicialmente queria dizer que nesta manhã participamos de mais uma reunião, a segunda do Governo do Estado, entre a APP Sindicato. Estiveram presentes, representando o Poder Legislativo, o Deputado André Vargas, Elza Correia, Dobrandino,

também esta Deputada, discutindo, numa mesa de negociações, e embora não saíamos de lá com resultado concreto, acho importante o fato de estarmos discutindo. Acho que isto começa, reabre uma negociação, reabre ao diálogo, e acho este fato importante, de uma maneira especial para os professores do nosso Estado, que são os que mais esperam por um entendimento entre o Governo e a APP, e que o Governo realmente atenda aos seus pedidos, às suas reivindicações, e que esta Casa também aprove os projetos aqui apresentados, o 149 e o 150, e de uma maneira especial estamos tratando e pedindo o apoio - e desde já queremos reforçar o apoio dos Deputados nesta Casa - para o momento que formos votar o veto com relação ao projeto que limita o número de alunos em sala de aula.

Acho que esse projeto é de fundamental importância para a educação e esperamos e queremos nesta negociação, também buscar o entendimento por parte do Governo a este projeto que vem de forma escalonada e portanto, não prejudica, não está em momento algum sendo inconstitucional, porque também dá ao Governo tempo para se preparar e prever no orçamento as despesas necessárias para implantá-lo.

Mas, também um outro assunto me traz a esta tribuna, é com relação a uma audiência que tivemos na quinta-feira passada com o Presidente Lula e a Fetraf Sul, muito importante. Fetraf é a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar. A Fetraf Brasil também participou dessa audiência, discutimos vários assuntos com relação à agricultura e um dos pontos principais e que eu considero, Deputada Elza, até porque os nossos agricultores estão ansiosos por isso, é a garantia de um preço mínimo do produto.

E este primeiro ponto de pauta que aconteceu na quinta-feira. Aliás, gostaria de tecer um grande elogio ao Presidente Lula, porque ficou nessa reunião cerca de duas horas, e também estiveram presentes os Ministros da Educação, Sr. Fernando, e do Desenvolvimento Agrário, Sr. Guilherme, e junto também o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda.

Foi importante o debate, Deputado Elton. Duas horas debatendo a agricultura familiar do nosso país, e este ponto no que fala ter uma segurança ou criar um instrumento que garanta o preço mínimo do produto para o agricultor, foi um ponto que o Governo Lula também deu uma atenção especial. Foi criado um grupo de trabalho, um GT, interministerial e nesse grupo também participam as entidades ligadas à nossa agricultura familiar, ligadas à agricultura do nosso Estado, que estão debatendo junto com o Governo e tentando encontrar uma medida para garantir esse preço mínimo ao agricultor.

Junto com isso, debatemos sobre de que forma podemos fazer com que o agricultor tenha um custo de produção menor. Hoje é muito alto, o que faz com que o agricultor tenha um prejuízo muito grande.

Foi importante porque, nesse dia, além de todas as reivindicações apresentadas, um dos assuntos da pauta

que nos chamou a atenção foi com relação à compensação ambiental, um debate já acontecido nesta Casa e que a Fetraf levou ao nível de país. O Governo também pode discutir com o agricultor que hoje respeita a lei, tem sua reserva legal, mas com isso acaba tendo prejuízo porque precisa respeitar a reserva legal, a reserva florestal, mas não consegue produzir nessa área. Houve então uma proposta da compensação ambiental, uma proposta para os jovens; foi muito interessante. Também com relação aos pós-médio, seria um ensino mais técnico voltado para o jovem do campo, onde ele vai poder se profissionalizar ainda mais e permanecer lá.

Uma das grandes notícias foi quanto ao programa de habitação, no qual foi reivindicado, ainda para este ano, mais sete mil casas aos agricultores e que hoje, só nos três estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande já se realizou praticamente o sonho de mais de dez mil famílias, em ter uma moradia mais digna e hoje podem contar com uma melhor qualidade de vida no campo.

Então, foi muito importante essa audiência. Foram vários assuntos abordados no decorrer dos dias estaremos repassando o que avançou com relação a toda pauta negociada com o Presidente Lula.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputados Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Muito obrigado, Sr. Presidente, Hermas Brandão, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna, na tarde de hoje, para fazer uma cobrança ao Governo do Estado e às instituições responsáveis pela Justiça e pela investigação do patrimônio público, no Estado do Paraná. Estamos vendo que uma série de fatos se sucederam, em ebulição, até, eu diria, na política paranaense.

Mas, a colocação que faço, nesta tarde, é que às vezes esses fatos, que são graves, não podem causar uma nuvem para encobrir fatos antigos e recentes que podem ter lesado o patrimônio público do Estado do Paraná, na ordem de 300 milhões de reais. Estou falando, por exemplo, do episódio Banco Santos que foi liquidado em novembro do ano passado por diversas irregularidades e o rombo deixado por essa instituição de terceira linha do sistema bancário e financeiro pode chegar a dois bilhões e meio de reais. E os crimes cometidos pelos banqueiros no Brasil parece que são crimes menores, parece até que não lhes dão a importância devida. E estamos falando de 2 bilhões e meio de reais. São fundos de pensão, recursos públicos que não podem, de uma hora para outra, ser esquecidos. Com esse valor, poderíamos resolver todos os problemas ligados à saúde, à educação, e à infra-estrutura urbana da maioria das cidades paranaenses. Dois

bilhões e meio de reais e o Paraná tem que estar atento a tudo isso, porque afinal de contas a Fundação Copel, mesmo contra pareceres técnicos recomendando não colocar dinheiro nessa instituição, deixou ali 300 milhões de reais, que é do povo do Estado do Paraná. Por que será que o Governo do Paraná insistiu em deixar 300 milhões de reais em um Banco de terceira linha? Num Banco que poderia quebrar a qualquer momento? Isto foi denunciado por esta Casa.

Existe um processo investigatório feito pelo promotor Fuad Farrach e o que aconteceu até agora? Esse banqueiro, que é um benemérito das artes, Sr. Edemar Cid Ferreira, que mora numa mansão avaliada em 50 milhões de reais, está preso desde o último dia 26. E ele tem que ser inquirido sobre os 300 milhões de reais da Fundação Copel e de outras suspeitas também com dinheiro público do Estado do Paraná. Será que o Governo do Estado recebeu comissões ou alguém que presidia essa corporação paranaense e que insistia tanto em manter 300 milhões de reais num Banco podre, de terceira linha como o Banco Santos?

É a pergunta que não quer calar. E até agora nenhuma resposta foi dada à sociedade, ao Ministério Público ou ao Estado do Paraná. O próprio ex-Deputado Roberto Jefferson fez ilações a respeito de uma gestão temerária no Banco Santos e o Paraná perdeu com isso. E a pergunta que fazemos na tarde de hoje é justamente essa: Vamos fazer vistas grossas? Vamos nos esquecer de tudo isso? Ou nós, enquanto Deputados, enquanto representantes da sociedade não vamos pedir pelo menos a abertura dessa caixa preta? Vejo tanta gente falar em escândalos, em desvios. Todos eles merecem ser investigados, são menores até, mas, e a questão do Banco Santos, vamos esquecer 300 milhões de reais? Não são 3 mil, não são 300 mil, são 300 milhões de reais! E estamos aproximando das eleições e muitos daqueles que batem no peito, gabam-se de criticar governos passados e de dizer que são honrados.

Durma-se com um barulho desse! Existe um esqueleto no armário, alguém tem que dar explicações sobre isso. Nós não vamos deixar cair o esquecimento essa questão. Com a palavra o Ministério Público, com a palavra as autoridades do Estado e do Governo Federal. O Sr. Edemar Cid Ferreira está lá numa prisão, com cela especial e com certeza tem muita coisa a dizer ao povo do Paraná e ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Hoje tenho três assuntos para tratar. Como disse a Deputada Luciana Rafagnin, tivemos uma reunião com a

APP Sindicato, com o Secretário Rafael Iatauro, as Deputadas Luciana e Elza Correia, Deputado Dobrandino, e fizemos uma apelo ao Governo para que avance nas negociações com os professores, negociações de equiparação salarial, negociações do PCCS, dando uma oportunidade.

Portanto, quando retiramos o projeto de nossa autoria e mais vinte e dois Deputados, para que a panela de pressão em que se transformaram as escolas do Paraná, uma insatisfação profunda dos educadores deste Estado, quando, ao receber os seus holerites, olhando, percebem que ganham a metade do que ganha outro servidor de nível equivalente. Nova reunião foi marcada. Quero crer que não se trata de um jogo de cena, apenas para desmoralizar os professores. Quero crer que o Governador, ciente que deve estar da real situação dos professores do Estado, possa fazer avançar, pasmem, mesmo aquela medida, fruto de 27 reuniões de servidores, Deputados, Comissão de Educação, presidida pela Deputada Elza Correia, tratando da questão do PCCS da categoria dos professores em educação, daqueles que trabalham em escola, criando uma carreira específica, mesmo esse que tem impacto zero na tabela e na folha de pagamento, não houve, por parte da Secretaria da Administração, nenhuma sinalização positiva.

Tomara que essa semana sirva para uma reflexão àqueles que não estão dando a devida atenção e as Deputadas Luciana, Elza Correia, Deputado Dobrandino e outros, estaremos bastante atentos e sabemos que, independentemente da direção sindical, há uma mobilização real dos professores, visando sanar esta injustiça. No meu entendimento, não houve uma visão de conjunto. As carreiras foram tratadas de forma muito separadas. O Estado do Paraná não tem uma política só, para que as diversas carreiras possam se adaptar dentro da possibilidade econômica do Governo. Aposto na boa vontade do Governo, mas alerta que não depende da APP Sindicato, que tem uma direção atuante. Não depende dos Deputados e aqui tem Deputados com posição independente e que vão saber votar, sensibilizados que estão com esta causa. O mundo real das escolas clama por uma resposta.

Também hoje, Sr. Presidente - e V. Exa. poderia nos responder, não é uma Questão de Ordem temos alguns planos que estão ou estavam na CCJ. O DER, o Iapar e este Deputado várias vezes ocupou esta tribuna para cobrar uma solução, uma equação para os diversos problemas que atingem o Iapar. Acredito que teremos mais sessões hoje. Parece que já passou pela CCJ. Estava na pauta. Votaremos aquilo que, dentro das possibilidades do Governo, lógico que está aquém das necessidades e dos direitos dos trabalhadores do Instituto Agrônomo do Paraná, mas é o possível. Seria importante apressarmos a votação, como ocorrerá logo a seguir, tantas e tantas sessões quantas forem necessárias para que a votação se dê. Deputado Durval Amaral e Elza Correia, nós, que somos da região, sabemos que o Iapar é uma instituição-referência no país, mas que não tem neste e em outros

governos (receberá agora), tido a devida atenção. Eu mesmo vim aqui, quando da autarquização da Emater e disse que não gostaria que acontecesse com a Emater, aquilo que vi acontecer com o Iapar. Autarquia e esquece. A votação da equação da carreira, é sim, a resposta, ainda que parcial, para as justas reivindicações, não da categoria, da sociedade paranaense.

Tivemos problemas na agricultura e o Estado tem forte influência da agricultura na sua economia, tanto que a indústria do Paraná pelo nono mês seguido não cresce ou decresce. Tem a ver também com a crise na agricultura. Mas, se temos uma agricultura de ponta é porque temos no Estado o Instituto Agronômico do Paraná, a Embrapa Soja, a própria Emater, e as diversas vinculadas à Secretaria da Agricultura.

Portanto, aguardamos a votação que será um momento histórico.

Ao final, Sr. Presidente, quero chamar a atenção para um evento que vai acontecer em Londrina, a reunião no interior do Paraná da Operação Mãos Limpas, que se configurou chamar assim num esforço que o Governo tem feito para integrar órgãos de segurança.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem um minuto.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Devo usar o Horário do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está usando já há sete minutos.

Passa a usar o Horário da Liderança do PT

O SR. ANDRÉ VARGAS

A Operação Mãos Limpas, na cidade de Londrina, amanhã, às 16h00, discutirá questões relativas à segurança pública da nossa cidade, da nossa região.

Há questões que, não tenho dúvida, precisam ser debatidas, equacionadas, da inteligência na polícia bem utilizada. O setor de inteligência faz avançar. O policiamento comunitário que é definitivamente uma visão moderna de combate à criminalidade de implemento à segurança pública, mas não haverá, - é importante que haja essa reunião, policiamento comunitário, projeto Povo, inteligência, sistema de monitoramento por câmara de vídeo, que dê conta da falta de contingente de policiais na nossa região.

Há 21 anos atrás, tínhamos em Londrina, 1.122 agentes de segurança da Polícia Militar, falando só da Polícia Militar. Na época Itambaracá era um Distrito de Londrina. Os Deputados Durval Amaral, Elza, Barbosa Neto, José Maria, sabem bem das características metropolitanas da nossa região. Ao contrário da cidade de Maringá, que tem índice de insegurança muito menor.

Temos, em Londrina, uma equação que foi montada ao longo dos anos, pelas diversas administrações públicas. De uma lado, um grupo político que administrou a cidade por muito anos, que é verdade que eram austeros, que não haviam grande denúncias de desvios, mas tinha uma política de desindustrializar a cidade de Londrina. Mandavam-se indústrias para Cambé, Ibiporã, Rolândia, Arapongas, hoje um grande Parque Moveleiro. Uma outra administração pública, Deputado Durval Amaral, outro tipo de gestão, que não mandava as indústrias embora, não tinha política de atração, mas que fazia uma política populista de distribuição de moradia. Não só incrementando o êxodo rural, fazendo com que Londrina hoje fosse, ao contrário de outras metrópoles, a cidade-dormitório das cidades circunvizinhas. A cidade-dormitório de Cambé e Rolândia, de Arapongas é em parte, relativizando sempre, Londrina. Temos uma grande anel de um população absolutamente excluída.

É verdade que quando vamos a uma favela em Londrina, não temos uma favela sem asfalto. O Deputado Durval Amaral sabe bem, as duas últimas estão sendo asfaltadas agora, Muitas com esgoto, água e luz, sem dúvida nenhuma, 100% da população. Mas, há uma exclusão por conta dessa mão-de-obra que ao longo do tempo não teve condições de ser qualificada e a ausência de indústrias na nossa cidade.

O problema de segurança tem que ser visto de forma diferenciada, o Deputado Dobrandino sabe, mora em Foz do Iguaçu. A política de segurança em Foz do Iguaçu, é absolutamente diferente da de Londrina, como de resto é diferente, deverá ser diferente da política de segurança da cidade de Curitiba.

Temos também, acredito, que o Governador lá estando e se tiver paciência de ouvir - como dizia o Evangelho: "olhos para ver e ouvidos para ouvir", que de fato houve contratação de policiais, mas temos menos policiais hoje em Londrina do que tínhamos no início do Governo.

Não se trata de oposição política chegar o Presidente do Conselho de Segurança e alertar o Governador para esse problema. Se ele perder a calma e a paciência não teremos uma solução, porque ao lado da sua figura política, das suas características, alguns dizem: Ele é assim mesmo. Só ele tem o direito de ser assim. Ele é assim mesmo, mas tem que ouvir o que dizem os setores organizados e o conjunto da população da cidade de Londrina e da região metropolitana.

Posso dizer e garantir que a cidade nunca esteve tão insegura. Não sou daqueles que vêm aqui e são contra tudo e contra todos. Tenho as minhas posições. O Governador é assim mesmo, eu também sou assim mesmo. Mas, para que serve o mandato de Parlamentar, se não para elaborar leis, fiscalizar o uso do dinheiro público, e não possamos também apontar soluções e debater os assuntos mais graves que assolam a nossa população?

Hoje, em qualquer pesquisa, 45% da população de Londrina, Deputado Durval Amaral, aponta a segurança

pública como caótica. Não é a voz de um Deputado, não é a voz de um conjunto de Deputados, a voz do Presidente do Conselho de Segurança que foi, recentemente, destrutado pelo Governador como de resto. Se o mandato não terminar logo vai ter um índice muito grande de gente apontando na pesquisa que não vota no Governador por maus-tratos. A Comissão de Direitos Humanos vai ter que intervir nessa relação, porque qualquer um que diz algo contrário, parece que é contra, parece que é da oposição, qualquer cidadão, qualquer jornalista, que vem à mostra - temos um problema aqui, Sr. Governador, é tratado como oposição. Aliás, mesmo aqueles que não são oposição, têm opinião contrária do Parlamento, recebem muitas vezes, a devida reprimenda.

O Paraná não precisa de um pai bravo, não precisa de um homem de cinta, o Paraná precisa de diálogo. Precisa de um pacto, de uma relação entre poderes, relação dos setores da sociedade que interaja com com o Governo. Tomara, Deputado Dobrandino, que essa visita à nossa cidade, para tratar desse grave assunto, faça avançar esse setor.

Temos mais problemas lá na área de segurança. Mas, se o Governador, indo a Londrina ouvir, chegará às conclusões devidas. Falta um contingente policial. Na hora que vocês precisa de mais gente preparada, na hora que você tem um sistema de inteligência, você tem que ter mais gente capacitada. Não é possível inovar com um contingente 20% a menos do que há vinte anos atrás. Quem tiver ouvidos para ouvir, que ouça!

Obrigado!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Grande Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, vou declinar de usar o Grande Expediente porque provavelmente na semana que vem, terei alguns dados a respeito da saúde, que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre Deputado Tadeu, até faria também um apelo às Lideranças, vamos ter uma Sessão Extraordinária marcada para votarmos os aumentos dos Delegados, dos Procuradores, do Iapar, tem uma emenda dos advogados, do DER. Então, peço a compreensão dos senhores. Além disso teremos uma Sessão Solene que foi aprovada por solicitação do Deputado Rafael Greca, onde vai ser homenageado o Revmo. Padre Reginaldo Manzoti. Então, faço um apelo às Lideranças para que possamos realmente agilizarmos a Sessão.

Horário das Lideranças:

Bloco PP/PSB; Bloco PTB/PL/PMR; PPS; PDT; PFL; PSDB; Liderança da Oposição; Liderança do Governo.

(**Todos Declinam**)

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero só encarecer a V. Exa. e à Mesa, mais uma vez, agora oficialmente, para que seja formada ou indicados os membros das duas comissões das reformas das duas PEC's que eu apresentei a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu vou solicitar aos Líderes dos Partidos que me indiquem até amanhã, senão esta Presidência fará a indicação.

O SR. NELSON JUSTUS (PFL)

Obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 41 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessidade de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessidade de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1378, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando que seja marcada uma Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 462/05, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declarando de Utilidade Pública a Associação Sarandiense Defensora dos Consumidores - ASDC, com sede e foro no municí-

pio de Sarandi. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/05, de 08/08/05)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 500/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, concedendo Cidadania Benemérita do Paraná à Juíza Joeci Machado Camargo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/05, de 23/08/05)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 123/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, autorizando a doação de imóveis ao município de Floresta, comarca de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 017/06, de 21/03/06)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 220/06, de autoria do Deputado Ademar Traiano, declarando de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Apoio Beneficente à Família e Clubes das Mães do Atuba/Curitiba e Colombo, com sede e foro no município de Curitiba. **(Publ. no DA nº 039/06, de 02/05/06)**

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) **(Pela Ordem)**

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Será feita a verificação de votação. Chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Antonio Anibelli)**

(Procede à chamada nominal)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Gostaria de registrar as presenças dos Vereadores de Assaí, Claudiomar Brasa Arruda, Hugo Duarte, Jonuário Silvestre, que é Presidente da Câmara e o Márcio Costa. Em meu nome e em nome do Deputado Luiz Nishimori

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE **(Elio Rusch)**

Devidamente registrado.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Antonio Anibelli)**

Quarenta Deputados responderam à chamada, não necessitando fazer a segunda.

O SR. PRESIDENTE **(Elio Rusch)**

Há quórum para deliberar. Está em votação o item 04. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. **Aprovado.**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 793/05, de autoria do Deputado Reni Pereira, autorizando o Poder Executivo a denominar o acesso estadual que liga a BR-369 ao município de Mamborê, como Prefeito Armando Alves de Souza. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ E COPTC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declarando de Utilidade Pública a Associação de Amigos dos Idosos Viva a Vida na Terceira Idade, com sede e foro no município de Castro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/06, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declarando de Utilidade Pública a Associação Cultural Ikebana Ohara-Ryu de Londrina - Aciol, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 732/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 063/05, que denomina de José Neves Formighieri o trecho da rodovia BR-467, entre as localidades de Cascavel e Toledo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/05, de 22/11/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 732/05

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, visa denominar de José Neves Formighieri, o trecho da rodovia BR-467, entre as localidades de Cascavel e Toledo/PR.

Na justificação, o autor ressalta que *a homenagem que a presente proposição objetiva conferir é indiscutivelmente justa, pois expressa o reconhecimento do povo paranaense a quem, com seu trabalho e dedicação, muito contribuiu para o desenvolvimento e progresso no Paraná.* (sic)

Diz ainda que *como Prefeito Municipal de Cascavel, em 1952, encerrando seu mandato em dezembro de*

1956, cabendo frisar que, nos primeiros seis meses de sua administração, arcou com as despesas da Prefeitura às suas próprias custas, tais como: a compra do primeiro trator do Município; a primeira escola municipal e a reforma do Paço Municipal. Graças às suas gestões, foram instaladas em Cascavel as Coletorias Federal e Estadual, órgãos de suma importância aos munícipes, que até então tinham que se deslocar a Foz do Iguaçu para efetuarem o recolhimento de seus tributos. Sua administração também foi marcada pela instalação da Comarca, dos cartórios e a implantação da primeira malha rodoviária do Município, com aproximadamente trezentos quilômetros, implicando na construção de inúmeras pontes, isto, em apenas quatro anos. Líder político de escol, sua vida pública sempre foi pautada em sólidos princípios morais e éticos e voltada, invariavelmente, para os interesses da comunidade e da região. Nesta esteira, participou de várias gestões junto aos Governos Federal e Estadual. José Neves Formighieri veio a falecer, em Curitiba, no ano de 2002. (sic)

É o relatório.

Já quanto à técnica legislativa, há de se suprimir o artigo 3º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998 (artigo 9º), a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda supressiva.

Sala das Comissões, em 06.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 732/05

Art. 1º Suprime o artigo 3º do Projeto de Lei nº 732/05.

Sala das Comissões, em 06.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 732/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 732/05 deriva da Mensagem nº 063/05 do Chefe do Poder Executivo, que denomina de José Neves Formighieri o trecho da Rodovia BR-467, entre as localidades de Cascavel e Toledo, Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, denominando de Vereador Miguel Ribeiro Picheth a Rodovia PR-364, ligando os municípios de São Mateus do Sul à Comunidade Água Quente no município de Irati. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 014/06, de 15/03/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 93/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Antonio Anibelli, visa denominar a rodovia PR-364, que liga São Mateus do Sul à Comunidade Água Quente, no município de Irati.

Fundamentação

O projeto em questão está de acordo com o que estabelece a Constituição Federal:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

O presente projeto fora baixado em diligências à Secretaria de Estado dos Transportes para que fosse constatado que a rodovia em questão não possui denominação, conforme especifica a Lei nº 8.761/88:

Art. 1º Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos, históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

Assim, verificou-se a inexistência de denominação do trecho supracitado, conferindo legitimidade ao presente projeto.

Quanto à técnica legislativa, verifica-se que não foi observada a disposição pertinente ao artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, o qual determina que “a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”. Assim, torna-se incorreto o uso de cláusula revogatória sem a enumeração expressa das leis ou disposições revogadas, como a constante no artigo 2º do projeto de lei em análise.

Por isso, sugerimos a elaboração de emenda supressiva, para a adequação do projeto à técnica legislativa exigida pela Lei Complementar nº 95/98. Portanto, faz-se necessária a exclusão da cláusula revogatória, na forma da emenda em anexo.

Desta forma, o parecer é pela aprovação do presente projeto, desde que atendida a emenda anexa.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 093/06

P A R E C E R :

Com base no que autoriza o Regimento Interno desta Casa, artigo 137, fica suprimida a cláusula revogatória contida no artigo 2º do Projeto de Lei nº 93/06, passando o referido artigo a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 093/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 093/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, tem por objetivo autorizar a denominar de Vereador Miguel Ribeiro Picheth a Rodovia PR-364 que liga os municípios de São Mateus do Sul à Comunidade Água Quente, no município de Irati.

O trecho em questão não possui denominação, de acordo com as informações da Secretaria Estadual dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem- DER.

O presente projeto de lei já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável. A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade e legalidade.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98, em seu artigo 9º que trata da revogabilidade, tornando-se incorreto o uso de cláusula revogatória sem a enumeração expressa das leis ou disposições revogadas, como a constante no artigo 2º do projeto de lei em análise.

Esta Comissão sugere a elaboração de emenda supressiva, para a adequação do projeto à técnica legislativa exigida pela Lei Complementar nº 95/98. Faz-se necessária a exclusão da cláusula revogatória, conforme emenda supressiva em anexo.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei e opina pela sua aprovação, com emenda corretiva anexa.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/06, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Caravaggio, com sede e foro no município de Palotina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 24/06, de 03/04/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 153/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Caravaggio, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Executivo a municipalizar o trecho urbano da Rodovia PR-574, no município de Cafelândia. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 28/06, de 11/04/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 180/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por fim autorizar o Poder Executivo a proceder a municipalização de um trecho da Rodovia Estadual PR-574, que transpõe o município de Cafelândia, numa distância de 2.150m, que vai da saída da cidade em direção a Penha-Corbélia, com início em frente ao Posto Ipiranga, até as proximidades da torre repetidora.

Legitimidade e Legalidade

A Constituição do Estado assegura:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Diante dessa previsão, o presente projeto de lei apresenta-se em consonância com a exigência normativa constitucional, visto que, o objetivo em questão pode ser transferido do Patrimônio do Estado em razão de outro ente de Direito Público Interno, o município.

Vale dizer, que nesse sentido do raciocínio jurídico, o Legislador, respeitando-se a previsão do artigo 64 da Constituição Estadual, garantiu autonomia suficiente parlamentar para deliberar sobre a necessidade ou não de dispor, alienar ou desapropriar qualquer bem imóvel, desde que de vital importância ao atendimento e manutenção do programa de infra-estrutura promovido pelo Estado.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conclusão

É diante da constitucionalidade aferida no presente projeto que opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 180/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, autoriza o Poder Executivo a municipalizar o trecho da Rodovia PR-574, no município de Cafelândia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/06, de autoria da Comissão Executiva, que regulamenta neste Poder Legislativo, a aplicação do artigo 24, da Emenda Constitucional Federal nº 019/98, no que concerne à celebração de convênios de cooperação entre estados, autorizando a transferência parcial de encargos, serviços e pessoal. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica a Assembléia Legislativa autorizada a celebrar convênios de cooperação com os Poderes Legislativos de outros entes federados detentores de autonomia institucional para formalizar políticas referentes à disposição funcional recíproca de seus servidores, objetivando a troca de experiências nas diversas áreas de atuação dos mesmos, cujas responsabilidades e despesas devem ser definidas em instrumentos próprios, não gerando obrigações financeiras entre os entes cooperantes.

§ 1º A cessão ou disposição funcional, deverá ocorrer com ônus para o órgão cooperante de origem, o que quer significar que os vencimentos e demais vantagens do servidor cedido ou colocado em disposição deverão de ser suportados pelo órgão cooperante que o cedeu ou disponibilizou.

§ 2º A permuta dos servidores dar-se-á através de ato de disposição ou cessão de pessoal com todos os direitos e vantagens do cargo que exercem, mediante acordo entre as partes.

Art. 2º A permuta dos servidores dar-se-á através de ato de disposição ou cessão de pessoal com todos os direitos e vantagens do cargo que exercem, mediante acordo entre as partes.

Art. 2º Cada uma das partes se obriga a manter o órgão cedente informado sobre a frequência dos servidores cedidos, sob pena da suspensão automática da cedência e da manutenção do pagamento dos respectivos vencimentos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO, em 17.05.06.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de proposição de elevado interesse à Administração Pública, pois visa a união de ações e esforços para viabilizar a promoção e a realização conjuntas de atividades de formação, capacitação e requalificação de servidores entre os Poderes Legislativos dos demais Estados brasileiros, objetivando uma troca de

experiências nas áreas de atuação de cada qual, haja vista a total similitude de encargos e atribuições dos seus diversos segmentos que, ao se associarem, passam a visar a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração, com aproveitamento conjunto e simultâneo dos recursos humanos.

Discussão Única (Proposição)

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 033/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 066/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede redução de base de cálculo do imposto nas operações que especifica, e adota outras providências. (Carnes - produtos comestíveis resfriados). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 71/06

Curitiba, 26 de abril de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 063/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 066/06, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre redução da base de cálculo do ICMS, nas operações internas e interestaduais de comércio de carne e outros produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bubalino, caprino, ovino e suínos, de forma que a carga tributária resulte no percentual de 7% (sete por cento). Visa ainda, adotar outras providências em torno de tal objetivo.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre do Parecer nº 071/2006, datado de 21 de março próximo passado, da Coordenação da Receita do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Fazenda, ressaltando e demonstrando com o necessário detalhamento, prismas de indiscutível inconstitucionalidade a que será eivada a medida. Assim, ratifico o referido Parecer nº 071/06/SEFA, anexando-o e fazendo de seus termos as razões fundamentais do veto ora apostado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 066/06 encontra-se publicado no DA nº 008/06, de 06.03.06).

Referência: SID: 8.744.259-4.

Interessado: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Assunto: Projeto de Lei nº 066/06. Concede redução na base de cálculo do imposto nas operações que especifica e adota outras providências.

PARECER Nº 071/06

Pelo presente, foi submetido à apreciação do Sr. Secretário de Estado da Fazenda, o Projeto de Lei nº 066/06, de proposição do Sr. Deputado Hermas Brandão, o qual concede redução na base de cálculo do ICMS, de modo que a carga tributária resulte em 7%, nas operações internas e interestaduais de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes da abate de aves, leporídeos e gado bovino, bubalino, caprino, ovino e suíno, mencionando como base o Convênio ICMS 89/05.

Determina, ainda, a manutenção dos créditos do imposto, vedando, entretanto, o crédito fiscal mencionado no parágrafo 3º do artigo 2º e no parágrafo 1º do artigo 4º da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, o qual deverá ser substituído, nas operações em comento, integralmente pelo crédito presumido previsto no parágrafo 2º do artigo 2º e no artigo 4º da mesma lei, considerando, ainda, nas operações internas, um limite de 7% ao crédito previsto no artigo 1º da Lei nº 14.747, de 21 de junho de 2005.

Ou seja, ficam vedados os créditos relativos a entradas, na proporção das saídas em operações interestaduais, de aves vivas, gado bovino, bubalino ou suíno em pé, originários de outros Estados, ou daquele recebido em transferência de estabelecimento rural de produtor, de energia elétrica ou óleo combustível utilizados no processo industrial; e de produtos resultantes do abate de aves, gado bovino, bubalino ou suíno, independentemente da origem (parágrafo 3º do artigo 2º e parágrafo 1º do artigo 4º da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001), sendo concedido, em substituição a estes, ao estabelecimento abatedor de aves, e ao estabelecimento de frigorífico que realizar ou aquele que tenha encomendado o abate do gado bovino, bubalino ou suíno, um crédito presumido equivalente à aplicação de 7% sobre o valor da operação de saída dos produtos resultantes do abate, ainda que submetidos a outros processos industriais (parágrafo 2º do artigo 2º e no artigo 4º da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001).

Em relação às operações internas, o crédito presumido de 12% o valor de sua operação de saída interna de carne verde, resfriada ou congelada, e dos miúdos comestíveis resultantes do abate dessas espécies de gado, outras carnes de suínos e miúdos comestíveis, salgados, pele de suínos salgada, toucinho suíno salgado, apresuntado, banha de porco, linguiças, mortadelas e salsichas, exceto em lata, previsto no artigo 1º da Lei nº 14.747, de 21 de junho de 2005, concedido ao estabelecimento de frigorífico que realizar o abate de gado bovino, bubalino e suíno, ou aquele que tenha encomendado este abate, con-

cedido em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos, será limitado em 7%, de modo a zerar a carga tributária.

Justifica a proposição, a necessidade de adaptação da legislação local ao Convênio ICMS 89/05, o qual prevê a redução na base de cálculo do imposto, de modo que resulta em carga tributária de 7%, nas operações interestaduais com carne e derivados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suíno.

O mesmo Convênio permite a redução ou a isenção do tributo incidente sobre as operações internas com os mesmos produtos, benefício já concedido por outros Estados, como o Estado de São Paulo.

O proponente, considerando que grande parte de nossa produção é exportada para este Estado, expõe que nossos contribuintes devem ter a mesma condição tributária que os contribuintes paulistas, para que possam competir em condições de igualdade. Assim, tornar-se-ia necessário neutralizar o ICMS como elemento de custo, zerando a carga tributária nas operações interestaduais, excluindo, destas operações, eventuais créditos que excedam os valores dos respectivos débitos, substituindo-os por um crédito presumido, já vigente, que anularia o débito do imposto nestas operações.

Em relação às operações internas, entende o proponente que não haveria alteração, considerando que a carga tributária já é zerada, mas seria realizado apenas um ajuste das condições formais para que, diante dos benefícios concedidos com a cesta básica, os créditos a estornar no varejo sejam idênticos para as aquisições realizadas junto à indústria local e aquelas realizadas no mercado externo.

Preliminarmente, devemos ressaltar que o Convênio ICMS 89/05, que dispõe sobre a concessão de redução na base de cálculo do ICMS devido nas saídas interestaduais de carne e demais produtos comestíveis resultantes do abate de aves, de leporídeos e de gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suíno, permite, também, a redução na base de cálculo ou a isenção do imposto nas saídas internas dos mesmos produtos, sendo facultado aos Estados autorizar a manutenção dos créditos na proporção das saídas realizadas com redução da base de cálculo, não sendo autorizada a concessão de crédito presumido.

Senão vejamos:

CONVÊNIO ICMS 89/05

O Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, na sua 86ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 17 de agosto de 2005, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte.

CONVÊNIO

Cláusula primeira - *Fica reduzida a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação -*

ICMS, de forma que a carga tributária seja equivalente a 7% (sete por cento) do valor das operações, nas saídas interestaduais de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes da abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suíno.

Cláusula segunda - *Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a conceder redução da base de cálculo ou isenção do ICMS nas saídas internas dos produtos referidos na cláusula primeira.*

Cláusula terceira - *Nas operações de que tratam as cláusulas anteriores, ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a:*

I - não exigir o estorno do crédito fiscal de que trata o artigo 21 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, quando se tratar de redução de base de cálculo;

II - condicionar a fruição do benefício às regras de controle, conforme disposto em suas legislações.

Apesar deste benefício já estar contemplado na Lei nº 13.212, de 19 de junho de 2001, lembramos que a constitucionalidade destes dispositivos é objeto de questionamento na Adin nº 2548-1.

Isto porque, nos termos da alínea “g” do inciso XII do artigo 155 da Constituição Federal, a concessão de benefício fiscal, relativamente ao ICMS, que importe em redução ou eliminação, direta ou indireta, dos respectivos ônus, somente pode ser concedido com a anuência de todas as Unidades Federadas, através de celebração de um Convênio firmado especificamente para esse fim, junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Art. 155. *Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:*

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

(...)

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

(...)

XII - cabe à lei complementar:

(...)

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Esta matéria está regulada na Lei Complementar nº 24/75, a qual foi recepcionada pela Carta Magna de 1988, e, em seu artigo 1º, parágrafo único, inciso IV, assim dispõe:

Art. 1º *As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.*

Parágrafo Único - *O disposto neste artigo também se aplica;*

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - a quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

A Lei Orgânica do ICMS do Estado do Paraná - Lei nº 11.580/96, também vincula a concessão de benefícios fiscais à aprovação unânime dos convênios firmados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, conforme seu artigo 3º:

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios concessivos de benefícios fiscais na forma prevista em lei complementar a que se refere o artigo 155, inciso XII, alínea "g" da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Ao regulamentar a matéria tributária o Poder Executivo arrolará as hipóteses de imunidade e benefícios fiscais, observadas as disposições previstas:

I - em tratados e convenções internacionais;

II - em convênios celebrados ou ratificados na forma da lei complementar a que se refere o artigo 155, inciso XII, "g" da Constituição Federal.

Portanto, nos termos da legislação retrotranscrita, a concessão de um crédito presumido do imposto somente pode se efetivar mediante convênio firmado no âmbito do Confaz.

Ademais, qualquer concessão de benefício fiscal está atrelada à Lei Complementar nº 101/00, que dispõe sobre as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Segundo estabelece o artigo 14 deste diploma legal, a renúncia de receita deve estar acompanhada tanto da demonstração de que já foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, como das medidas de compensação.

Referido dispositivo, ao tratar da renúncia de receita exige duas situações: ou que o valor renunciado (que deve ser apurado por meio de um relatório de impacto no orçamento e nos termos do artigo 12, que estipula a forma de calcular as receitas) tenha sido excluído da Lei Orçamentária (e isso ocorre um ano antes de sua concessão), ou que venha acompanhado de medidas de compensação (seja aumentando tributo, seja cancelando benefícios).

Não foram tomadas essas providências na Lei Orçamentária em vigor, nem foram implementadas previamente medidas de compensação, o que contraria a norma referida. O não cumprimento desse dispositivo pode afetar a transferência de recursos da União e as Operações de Crédito ou Convênios que exijam, comprovação do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, não foi feito relatório de impacto no Orçamento, para demonstrar que a renúncia não afetará as metas planejadas.

A dispensa de créditos tributários relativos ao ICMS, que não os inscritos em dívida ativa, configura renúncia de receita, por serem os mesmos considerados no orçamento, consoante estabelece o supratranscrito artigo 14 e seu inciso I.

Por oportuno, ressaltamos que ao zerar a carga tributária do ICMS incidente nas operações com carnes e derivados, nos moldes pretendidos pelo projeto de lei em análise, resultaria na perda de arrecadação da ordem do R\$ 15.696.000,00, ao ano, de acordo com análise efetuada pela Inspeção Geral de Arrecadação, tendo como base dados relativos ao exercício de 2005. Acrescente-se que referido impacto não está considerando o acúmulo de crédito que será gerado a partir da autorização para utilização dos créditos próprios conforme consta no início do parágrafo único da referida proposição.

Ora, além de zerar a carga tributária, ainda fica permitido aos beneficiados a utilização dos créditos pelas entradas, o que resulta em odioso subsídio, sem previsão no orçamento.

Há que se dizer, ainda, que se este não era o objetivo do projeto de lei, é o resultado que se obtém da análise do parágrafo 1º de seu artigo 1º.

Devemos considerar, ainda, que o Estado do Paraná vem discutindo os problemas enfrentados pelo setor da carne junto ao Fórum PR/SC/RS, que conta com a participação do Estado de São Paulo, e que, inclusive, já teve a sua primeira reunião realizada em 07.03.06, com a próxima reunião agendada para a primeira semana de abril.

Por ocasião desta primeira reunião, que contou, além da participação de representantes do fisco paulista, com a intervenção dos setores produtores interessados, como o representante da Sindicarnes/PR, foi possível pontuar algumas situações que, ao nosso ver, merecem ser explicitadas:

- que São Paulo produz apenas 40% do que consome no setor de carne bovina;

- que São Paulo produz apenas 13% do que consome no setor de carne de aves/suínos;

- que o objetivo do Convênio ICMS 89/05 foi o de uniformizar a carga tributária no setor de carnes, sem a concessão, por óbvio, de crédito presumido;

- que o Estado do Rio Grande do Sul implementou na íntegra o Convênio ICMS 89/05, autorizando apenas os créditos proporcionais às saídas com redução da base de cálculo;

- que o Estado de Santa Catarina implementou o Convênio ICMS 89/05, mantendo um crédito presumido temporário na proporção de 4% para carne de aves e suínos, mantendo, portanto, uma tributação em torno de 3%; e de 5,5% na carne de gado bovino, mantendo uma tributação de 1,5%;

- que a participação da carne bovina de Santa Catarina no mercado paulista é insignificante;

- que os benefícios concedidos por São Paulo no setor vêm sendo reduzidos no período (já foram maiores) e,

inicialmente, se fez com o objetivo de evitar a transferência de plantas industriais para os Estados do Centro-Oeste;

- que São Paulo aceita discutir a concessão de crédito presumido nas suas operações com carne de aves e de suínos, além daqueles aplicado às saídas interestaduais, por não se referirem ao objetivo de suas medidas;

- que os representantes dos setores da carne dos três Estados do Sul ficaram de apresentar suas propostas visando um posicionamento igualitário (tratamento tributário equânime) entre estas unidades federadas, considerando a melhora de competitividade para o setor e a manutenção de arrecadação por parte dos Estados.

É importante salientar que além destas considerações outras mais foram efetuadas neste Fórum, sempre na busca da solução dos problemas dos contribuintes destes estados, visualizando a manutenção de um mínimo aceitável de tributação.

Apenas para reflexão, devemos ressaltar que se São Paulo é meramente consumidor, não produz o suficiente para atender sequer cinquenta por cento de seu consumo, há a necessidade de melhores informações para a conclusão de que os benefícios que mantém efetivamente causam problemas nas vendas dos Estados do Sul direcionadas a seu mercado.

Daí a necessidade de antes da aprovação de qualquer medida legal, sejam considerados os estudos que estão sendo conduzidos no Fórum acima citado.

Por fim, destacamos, novamente, que o Convênio ICMS 89/05 não prevê a concessão de crédito presumido, e que a Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, é objeto da Adin no que se refere a este benefício. Assim, entendemos que a melhor fórmula para legislar sobre este assunto, ao invés da adoção de medidas unilaterais dos Estados, o que vem a acirrar a guerra fiscal, é o consenso entre os Estados produtores (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e a classe empresarial, especialmente na questão do frango.

A proposta em comento, além de zerar a carga tributária, desvirtua o previsto no Convênio ICMS 98/05, pois autoriza um crédito presumido, concedendo subsídio ao setor, vez que mantém outros créditos adicionais.

Considerando, principalmente, as perdas de arrecadação já estimadas, da ordem de quinze milhões/ano, em face da Lei de Responsabilidade Fiscal; o convênio ICMS 98/05, aprovado no âmbito do Confaz, o qual não prevê a concessão de crédito presumido do imposto nas operações que menciona; e a realização do Fórum dos Estado da Regional Sul, que conta com a participação dos setores interessados e já vem discutindo a matéria objeto da presente proposição, opinamos desfavoravelmente ao Projeto de Lei nº 066/06.

Desta forma, o presente encontra-se em condições de encaminhamento ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda.

I.G.T., em 21.03.06.

(aa) MAYSA CRISTINA DO PRADO

Apoio Técnico

De acordo

GILBERTO CALIXTO, Chefe do Setor Normativo.

De acordo.

Encaminhe-se ao Gabinete do Diretor

DURVALINO CAMPOS JÚNIOR, Inspetor Geral de Tributação.

De acordo.

Encaminhe-se ao Gabinete do Sr. Secretário de Estado da Fazenda, **com indicativo de não aprovação da proposta** LUIZ CARLOS VIEIRA, Diretor.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 033/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 66/06, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo alterar a base de cálculo do imposto nas operações especificadas no projeto, ICMS.

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos de parecer favorável ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

ANTONIO ANIBELLI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em tratando-se de votação de veto, lembramos aos Srs. Deputados que aqueles que forem contrários a ele votarão com a cédula NÃO, quem for a favor votará com a cédula SIM. O projeto é de autoria do Deputado Hermas Brandão.

Convido ao 1º Secretário para que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados para proceder à votação do veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Antonio Anibelli**) (**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido os Srs. Deputados Ademar Traiano, Kielse e Durval Amaral para fazer a contagem dos votos.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Enquanto estão sendo abertos os votos - não sabemos ainda o resultado -, gostaria de dizer aos demais

Deputados, que esse projeto, de autoria do Deputado Hermas Brandão, fica adequado à legislação do Paraná, ao que o Confaz já autorizou em dezembro do ano passado, ou seja, a redução de 12% para 7% do ICMS da carne nas operações interestaduais. Os outros estados produtores de carne já reduziram e estão vendendo para São Paulo e Rio de Janeiro, os principais mercados consumidores. O Paraná está perdendo competitividade, produção e empregos, com a permanência em 12%.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Quarenta e dois votantes.

O resultado: onze SIM. Trinta e um NÃO.

Está derrubado o veto e mantido o projeto.

Discussão Única (Indicação)

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 012/06, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que sugere ao Governo do Estado a criação da Carreira de Fiscal da Defesa Agropecuária, na Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, e adota outras providências. **Aprovada. (Publ. no DA nº 052/06, de 22.05.06).**

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 013/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, que sugere que, na hipótese da transformação da UEG - Usina termelétrica de Araucária, em Flex - o segundo combustível seja, necessariamente, o Alcool Carburante. **Aprovada. (Publ. no DA nº 054/06, de 23.05.06).**

ITEM 16

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 014/06, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, sugerindo a introdução da matéria sobre o legislativo e suas funções estabelecidas na Constituição Estadual e Constituição Federal, na disciplina de sociologia, constante na grade curricular do ensino médio. **Aprovada. (Publ. no DA nº 057/06, de 24.05.06).**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1372, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 1373 e 1378-A, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1376, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1377, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1379, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1380, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 1383 a 1386, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1387, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Quero lembrar aos Srs. Deputados que o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Hermas Brandão, tem a honra de convidar para assistir à Sessão Solene de outorga do título de Cidadania Benemérita do Estado do Paraná, ao Revmo. Padre Reginaldo Manzotti, por proposição do Deputado Rafael Greca, a realizar-se às 17h00 do dia 30 de maio de 2006, no plenário do Centro Legislativo Presidente Anibal Khury. Hoje, Sessão Solene às 17h00, aqui neste plenário.

Antes de encerrar a Sessão, o Presidente da Casa, Deputado Hermas Brandão, convoca os Srs. Deputados para uma Sessão Extraordinária para daqui a cinco minutos, para deliberar sobre projetos que versam sobre aumento para as diversas categorias do Estado do Paraná.

Encerramento da Sessão

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 268 a 272/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 122/05.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 31 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 434/05 e 238/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 732/05, 093, 153, 180 e 268 a 272/06; e do Projeto de Resolução nº 009/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 568/05; 026, 167 e 261/06.

Levanta-se a Sessão.

DIÁRIO Nº 061

8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva

Presenças

Abertura da Sessão

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

1ª Discussão.....

Discussão Única (Proposição)...

Encerramento da Sessão

Publicações:

Atas de Comissão

Redação.....

DIÁRIO Nº 061

8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Luiz Nishimori.

Presenças:

Às quinze horas e trinta e cinco é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Cleiton Kiele, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos

Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (41). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Ângelo Vanhoni, Cida Borghetti, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (13); e em viagem representativa o Sr. Deputado José Domingos Scarpellini (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há Expediente a ser lido.

Não há oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 40 Srs. Deputados

Discussão/Votação

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/06, que tem o escopo fundamental de recompor o vencimento básico da carreira de Delegado de Polícia do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/06, de 22/05/06, em Mensagens)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 268/06

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 268/06, de autoria do Poder Executivo, objetiva recompor o vencimento básico da carreira de Delegado de Polícia do Estado do Paraná.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza constitucional, mas não está acompanhado do impacto orçamentário, conforme exige a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Todavia, por se tratar de recomposição de vencimentos, e, face à proximidade da data limite para a apresentação da proposta neste exercício, o parecer será favorável, condicionado à apresentação do impacto orçamentário quando da apreciação do projeto pela douta Comissão de Finanças.

Conclusão

Pelo exposto, opino pela regular tramitação do projeto de lei, condicionando-se à apresentação do impacto orçamentário quando da apreciação do projeto pela douta Comissão de Finanças desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 268/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 038/06, tem como escopo recompor o vencimento básico da carreira de Delegado de Polícia do Estado do Paraná.

Fundamentação

Esta Comissão, instigada a se pronunciar, conforme preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende que sendo a segurança pública o dever do Estado e uma das maiores preocupações que assola a população paranaense e sendo os delegados de polícia servidores que atuam diretamente nesta esfera, torna-se necessário que os mesmos foquem sua atenção no combate à criminalidade social, sem se desviarem de seus objetivos por questão salarial.

De igual modo, é de notório conhecimento que a recomposição salarial é uma antiga reivindicação desta laboriosa categoria que há muito não vislumbra correção em seus vencimentos, já que tão nobre classe defende em muito os interesses da sociedade.

Outrossim, na própria mensagem é informado que o impacto orçamentário-financeiro é de aproximadamente R\$ 2.922.214,12 (dois milhões, novecentos e vinte e dois mil, duzentos e quatorze reais e doze centavos) mensais para os servidores ativos, inativos e pensionistas. Igualmente informa que a fonte de recurso já está prevista na lei orçamentária, cumprindo assim, o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos favoravelmente ao projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/06, que tem o escopo fundamental de adequar o vencimento básico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/06, de 22/05/06, em Mensagens)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 269/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Poder Executivo, visa alterar o vencimento básico da carreira de Procurador do Estado, para que, estimulados financeiramente, possam aprimorar seus desempenhos e qualificações técnicas.

Legitimidade e Legalidade

A Constituição Estadual assim assegura:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva; (grifos nossos)

Assim, do prisma da legitimidade da propositura, bem como da constitucionalidade, encontramos respaldo na Constituição do Estado, conforme o artigo supracitado.

Com relação à legalidade, o projeto encontra-se em sintonia com a Lei de Responsabilidade Fiscal LC 101/00, em virtude da apresentação da planilha do impacto econômico-financeiro, exigido pela lei.

Vale ressaltar que a justificativa integrante da mensagem do Governo, apresentou-se acompanhada da planilha com o impacto econômico-financeiro, apresentando a onerosidade do presente projeto aos cofres públicos, as fontes de custeio, assim como a previsão orçamentária na LDO, garantindo assim a plenitude legal do projeto que ora se apresenta.

Ademais, o Plenário desta Casa apresentou uma emenda aditiva ao presente projeto, incluindo mais um artigo, dado como número 5, onde reenumerou o antigo artigo 5º para 6º, como subsequente. Lembramos ainda que a presente emenda se fez necessária, em virtude da equiparação dos cargos de procuradores com os de advogados do Poder Executivo Estadual, valendo-se para a remuneração que fora reajustada, e não encontra nenhum óbice à sua aceitação.

No que tange à Lei Complementar 95/98, faz-se necessário algumas alterações, visto que as disposições

revogadas devem ser expressamente enumeradas ou apontadas, conforme vejamos o artigo da lei:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Motivo esse, pelo qual sugerimos mais tarde, a supressão desse dispositivo no presente projeto, mediante emenda supressiva, para então, não haver óbice algum a ser questionado posteriormente.

Conclusão

O presente projeto apresentou-se em conformidade com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como quanto à técnica legislativa, equivocando-se ao final do último artigo ao revogar genericamente todas as disposições em contrário.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida, que votamos por sua aprovação, desde que atendidas as emendas sugeridas.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 269/06

Na forma que autoriza o Regimento Interno desta Casa, especialmente no artigo 137, parágrafo 1º.

Art. 1º O artigo 6º do Projeto de Lei nº 269/06, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação, com a implantação dos valores constantes do anexo em duas parcelas, sendo a primeira a partir de 01 de julho de 2006 e a segunda a partir de 01 de agosto de 2006, de acordo com as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Sala das Sessões, em 30.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 269/06

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 269/06, oriundo da Mensagem nº 039/06 do Governo do Estado, objetiva acrescentar à redação proposta um novo dispositivo, numerado como artigo 5º, renumerando-lhe o subsequente como artigo 6º, conforme redação que segue:

Art. 5º O disposto nesta lei aplica-se à carreira especial dos advogados do Poder Executivo Estadual, na forma do Anexo Único desta lei, e a despesa decorrente correrá à conta do Tesouro.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) ALEXANDRE CURI, LUIZ CARLOS MARTINS, MARCOS ISFER, MAURO MORAES,

TADEU VENERI, DOBRANDINO DA SILVA, NELSON JUSTUS, LUIZ ACCORSI, ANDRÉ VARGAS, ELTON CARLOS WELTER, ADEMAR TRAIANO, ARTAGÃO JÚNIOR, CIDA BORGHETTI, LUCIANA RAFAGNIN, JOCELITO CANTO, RENI PEREIRA, FRANCISCO BÜHRER, NELSON GARCIA, ARLETE CARAMÊS, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH, PEDRO IVO ILKIV, LUIZ NISHIMORI, CARLOS SIMÕES, DUÍLIO GENARI, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, ANTONIO ANIBELLI, AUGUSTINHO ZUCCHI, RAFAEL GRECA, RATINHO JÚNIOR, ELZA CORREIA, JOSÉ MARIA FERREIRA, VANDERLEI IENSEN, GERALDO CARTÁRIO, NEREU MOURA, PASTOR EDSON PRACZYK, AILTON ARAÚJO e EDSON STRAPASSON.

ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 269/06 Vencimento Básico da Carreira de Procurador

Classe	Vencimento (R\$)
1ª	3.990,54
2ª	3.800,52
3ª	3.619,54
4ª	3.447,18
5ª	3.283,03

Vencimento Básico da Carreira Especial de Advogados

Classe	Vencimento (R\$)
1ª	3.990,54
2ª	3.800,52
3ª	3.619,54
4ª	3.447,18
5ª	3.283,03

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 269/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 039/06, tem como escopo adequar o vencimento básico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado do Paraná.

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, conforme preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende que a atuação da Procuradoria Geral do Estado na esfera judicial tem sido intensificada a cada ano e os integrantes desta carreira são profissionais do Direito altamente preparados. Apesar disso esta categoria não tem uma readequação salarial desde a edição da Lei nº 11.162, de 25 de agosto de 1995.

Outrossim, na própria mensagem é informado que o impacto orçamentário-financeiro é da ordem de aproximadamente R\$ 910.334,40 (novecentos e dez mil, trezentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos) mensais para os servidores ativos, inativos e pensionistas. Igualmente informa que a fonte de recurso já está prevista na Lei Orçamentária, cumprindo assim o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conclusão

Pelo acima exposto, opinamos favoravelmente ao projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/06, instituindo a Carreira Técnica de Extensão Rural do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/06, de 22/05/06, em Mensagens)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 270/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela tem como objetivo a regulamentação da Lei nº 14.832/05, que transforma a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural em autarquia, no que tange ao plano de cargos, carreiras e funções da mesma.

Constitucionalidade e Legalidade

No tocante à iniciativa legislativa, assim dispõe a Constituição Estadual paranaense:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; (grifo nosso).

Desta forma, resta a legítima iniciativa do Governador do Estado no que tange aumento, ou, como neste caso, criação de cargos de autarquia vinculada ao Poder Executivo, conforme Lei Estadual 14.832/05.

O projeto de lei em tela nada mais faz do que regulamentar a lei estadual supra citada, que assim dispõe no seu artigo 6º, em relação ao plano de cargos, carreiras e salários.

Art. 6º O patrimônio, a receita, os saldos orçamentários e os funcionários são transferidos para a Autarquia transformada.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, dentro de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater.

§ 2º Integrarão o referido Plano, os funcionários que não optarem pelo Plano de Demissão Voluntária proposto pelo Poder Executivo e que estejam regularmente contratados pela Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/PR. (grifo nosso).

Além disso, essa instituição de quadro próprio dos funcionários da Emater atende aos requisitos propostos pela lei que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo, no seguinte sentido.

Art. 1º Fica instituído o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais ocupantes de funcionários civis da Administração Direta e Autárquica, pertencentes ao Quadro Geral do Estado - QGE, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, decorrentes da alteração, em seis carreiras, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público.

Quanto ao atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, todas as exigências à Lei Complementar 101/00 foram atendidas, necessitando de relatório de impacto orçamentário apenas se trouxer como consequência um aumento de despesa continuada.

Em relação à técnica legislativa, foram atendidas todas as disposições da Lei Complementar 95/98, que regula os procedimentos de elaboração de atos normativos, tendo em vista que as cláusulas revogatórias fazem remissão expressa aos atos normativos revogados.

Conclusão

Ante o exposto, nosso parecer é pela aprovação do projeto em questão.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 270/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 040/06, tem como escopo instituir a

Carreira Técnica de Extensão Rural do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater.

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, conforme preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende que o presente Plano de Carreira atende ao previsto no parágrafo 1º do artigo 6º da Lei Estadual nº 14.832/05 (transformou a Emater de Empresa para Autarquia).

Outrossim, informa a mensagem governamental que os novos ingressos na Autarquia Emater, obedecem ao disposto na Lei nº 13.666/02 (Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná-QPPE).

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos favoravelmente ao projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/06, objetivando reestruturar as Carreiras do Quadro de Pessoal do Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/06, de 22/05/06 - Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 271/06

P A R E C E R :

Dos Fatos

Trata-se de projeto de lei, originada pela Mensagem nº 041/06, que objetiva a reestruturação das Carreiras do Quadro de Pessoal do Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar e adota outras providências.

Funda-se a proposta na necessidade de estruturação das carreiras técnico-científicas e a de logísticas e gestão em ciência e tecnologia, de forma que a nova estrutura possa permitir que as competências e o conhecimento dos servidores possam ser melhor aplicados no âmbito da Instituição.

Espera-se que com a adoção do novo plano que o Iapar possa responder melhor às demandas atuais e aos desafios futuros da pesquisa agropecuária paranaense, através de um suporte técnico-administrativo compatível, bem preparado e eficiente.

Do Direito

A iniciativa reveste-se dos requisitos constantes do artigo 87, IV e VI, combinado com o artigo 66, II, da Constituição do Estado, bem como, vem acompanhada das estimativas financeiras requeridas pela Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Do Parecer Conclusivo

Diante da proposta e sua justificativa e da sua consonância com o ordenamento jurídico vigente, opino pela sua regular tramitação, face a não existência de óbices legais.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 271/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental nº 041/06, tem como objetivo reestruturar as Carreiras do Quadro de Pessoal do Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar e adota outras providências.

Fundamentação

Esta Comissão chamada a se manifestar, conforme o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende que o Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos do Iapar, criado através da Lei nº 11.864, de 31 de outubro de 1997, necessita de que um novo plano seja adotado, cuja estruturação de carreiras permita a composição de funções singulares para a carreira Técnico-Científica, permitindo o ingresso de profissionais com titulação adequada ao desenvolvimento institucional e funções multiocupacionais para a carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia. Desta forma a importância da presente proposição que traz um Plano com duas Carreiras: a Técnico-Científica, com cargo único de Pesquisador e a de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia, com cargo único de Agente de Ciência e Tecnologia.

Outrossim, informa a mensagem governamental que com a implantação da proposta, a partir de 01 de junho de 2006, o custo anual (de junho a dezembro) da folha de pagamento do Iapar, será de R\$ 19.689.592,00 (dezenove milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e quinhentos e noventa e dois reais) conforme demonstração na própria justificativa do autor.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos favoravelmente ao projeto em tela, de conformidade com a emenda em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 271/06

Fica acrescido artigo 43 ao Projeto de Lei nº 271/06, renumerando o seguinte:

Art. 43. Estende-se aos inativos e gerados de pensão os dispositivos:

I - do artigo 1º da Lei nº 15.044, de 30 de março de 2006;

II - do artigo 1º da Lei Complementar nº 114, de 21 de dezembro de 2005;

III - do artigo 2º da Lei nº 14.825, de 12 de setembro de 2005.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/06, que dispõe sobre criação e transformação de cargos de provimento em comissão, da lotação do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/06, de 22/05/06, em Mensagens)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 272/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem como escopo criar e transformar cargos de provimento em comissão, bem como extinguir as gratificações de Chefia e Assessoramento do Departamento de Estradas de Rodagem.

Fundamentação

O presente projeto tem por objetivo atender o preceito constitucional de preservação do valor real da remuneração dos servidores públicos. Isso se dá, de acordo com a interpretação do artigo 37, inciso V, da Constituição Federal, a saber:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (...)

Quanto à competência para deflagrar processo legislativo sobre a matéria abordada, a Constituição do Estado do Paraná postula:

SUBSEÇÃO III

Das Leis

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimentos de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva; (grifo nosso)

Ademais, a respeito do impacto econômico e financeiro, verifica-se que o projeto atende aos requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, pois ele demonstra que o dispêndio necessário para a consecução de tal medida será suportado pela dotação orçamentária própria do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, respeitando-se, assim, o disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Assim se configura tal dispositivo:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta lei complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

Desta maneira, conforme o exposto, infere-se que o projeto em tela obedece aos preceitos constitucionais, sendo, portanto, legítima a propositura. No mesmo sentido, verificou-se que tal proposta atende a todos os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Apenas no que tange à elaboração e redação deste projeto, atentamos para o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Sugerimos para tanto a adoção da emenda modificativa em anexo para sanar o vício formal de elaboração legislativa.

Conclusão

Dentro desse paradigma, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 272/06.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 272/06

Atendendo o disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 272/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.05.06.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 272/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 042/06, tem como objetivo dispor sobre a criação e transformações de cargos e provimento em comissão, da lotação do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Fundamentação

Esta Comissão chamada a se manifestar, conforme dita o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende que a matéria está plenamente justificada pelo autor e deve seguir o seu trâmite pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos favoravelmente ao projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.06.
(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. RENI PEREIRA (PSDB) (Pela Ordem)

Em relação ao item 04, fui o relator na CCJ, o Deputado José Maria foi relator na Comissão de Finanças, e consta na Mensagem do Governo a previsão e inclusive o impacto financeiro para pagamento dos aposentados, dos inativos.

Então, peço que o relator, Deputado Alexandre Curi, que preside a Comissão de Redação Final, que inclua o artigo 1º, da Lei nº 15.044, o artigo 1º da Lei Complementar 114 e o artigo 2º da Lei nº 14.825 porque na Mensagem do Governo existe a previsão para o pagamento porém a lei não contempla. Então, para torná-la mais clara, peço ao Presidente da Comissão de Redação Final que inclua estes dispositivos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Procede a Questão de Ordem de V. Exa. e vamos solicitar então que o Presidente da Comissão de Redação

Final possa fazer os ajustes necessários, conforme sugestão do Deputado Reni Pereira.

Discussão Única (Proposição)

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 122/05, veto aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 639/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que introduz dispositivo interpretativo sobre a natureza jurídica, a extensão e a aplicação das quotas de produtividade devida aos Auditores Fiscais da Coordenação da Receita do Estado, previstas na Lei Complementar nº 92, de 05/07/02. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 230/05.

Curitiba, 12 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 363/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 639/05, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafa que as Quotas de Produtividade que compõem o prêmio de produtividade, a que se refere o artigo 66 da Lei Complementar nº 92, de 05 de julho de 2002, devidas aos Auditores Fiscais da Coordenação da Receita do Estado, a qualquer título, constituem parcela de sua remuneração e por isso, incorporam-se aos proventos de aposentadoria e são extensivas aos auditores fiscais aposentados e seus pensionistas.

O presente projeto de lei complementar visa introduzir regra interpretativa à Lei Complementar nº 92/02, tratando sobre a natureza jurídica, extensão e aplicação das quotas de produtividade atribuídas aos auditores fiscais aposentados.

Preliminarmente, é de se esclarecer que a Procuradoria-Geral do Estado exarou Parecer sobre a matéria relativa à vantagem, entendendo-a como “subvenção” outorgada em função da produtividade e, pois, não extensível aos inativos.

Existem, de outro lado, ações judiciais propostas por inúmeros servidores aposentados, no sentido de que as quotas referidas são de partilhar entre todos os funcionários, ativos e inativos.

É de se aguardar, portanto, o pronunciamento da Justiça.

No que trata da legalidade da proposta, destaca-se que por se tratar de norma interpretativa e, portanto, com retroação de seus efeitos, a proposta implica em aumento de despesa, devendo ser observado o disposto no artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná e artigo 21 da

Lei Complementar Federal nº 101/2000, adiante transcritos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos artigos 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do artigo 37 e no parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

O projeto de lei afigura-se, assim, inconstitucional. Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei Complementar nº 639/05, encontra-se publicado em Redação Final, no DA nº 112/05, de 17/10/05).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 122/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei Complementar nº 639/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, vetado pelo Governador do Estado, pretende introduzir dispositivo interpretativo sobre a natureza jurídica, a extensão e a aplicação das quotas de produtividade devida aos auditores fiscais da Coordenação da Receita do Estado, previstas na Lei Complementar nº 92, de 05 de julho de 2002.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Estadual e Federal, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Diante do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.08.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Chamada nominal para votação do veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Trinta e seis Deputados compareceram para votar.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito aos Deputados Ademar Traiano, Marcos Isfer, Duílio Genari e Reni Pereira para procederem à contagem dos votos.

Trinta e um votos NÃO.

Cinco votos SIM.

Está rejeitado o veto e mantido o projeto.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 15ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 323/05 e 181/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 15ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 157, 161, 169 e 179/06, que foram aprovados sem observações. Nada

mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
15ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a

Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 462, 500//05; 123 e 220/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

